

experimentando isso – pressão intensa de grupos externos, inclusive o FMI, Banco Mundial e parceiros comerciais poderosos, para abrir cada vez mais mercados e reduzir o apoio ao produtor. Deste modo, os atores externos como governos e organizações internacionais impediram governos nacionais de cumprir os direitos dos seus cidadãos.

Os direitos humanos têm uma natureza especial. Eles não podem ser comercializados e não podem ser suplantados por acordos comerciais internacionais, regionais, ou bilaterais que resultem em violações de direitos humanos.



Armin Paasch/AEAM

“O meu pai foi agricultor, e no passado ele enviou os seus quatro filhos à escola porque foi possível apenas com a terra arrendada...Hoje, muitos saem da escola para começar a trabalhar.”

Rusiadran, agricultor sem terra em Samudrajaya

ESTUDO COMPLETO:

www.e-alliance.ch/globaltrade/policiesandhunger.pdf

POLÍTICAS COMERCIAIS E FOME:

O IMPACTO DA LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO SOBRE O DIREITO À ALIMENTAÇÃO DE COMUNIDADES PRODUTORAS DE ARROZ EM GANA, HONDURAS E INDONÉSIA

Armin Paasch (editor), Frank Garbers e Thomas Hirsch (FIAN).
Encomendado pela Aliança Ecumênica de Ação Mundial.

© 2007 Aliança Ecumênica de Ação Mundial
Você está autorizado a copiar, distribuir e transmitir este artigo desde que conserve o crédito à Aliança Ecumênica de Ação Mundial.

150 Route de Ferney
Caixa Postal 2100
CH-1211 Genebra 2
Suíça
+41 22 791 6723
info@e-alliance.ch



**Aliança Ecumênica de
Ação Mundial**

O Direito à Alimentação Adequada necessita de políticas que criem um ambiente facilitador para produtores e preços razoáveis para consumidores em seus países. Em caso de uma alimentação básica crucial como o arroz, a confiança em mercados internacionais voláteis teve implicações severas nesses três

países, ao passo que o apoio para a produção doméstica de arroz e o controle do mercado provou beneficiar consumidores e produtores.



Políticas de comércio e fome:

o impacto da liberalização do comércio sobre o Direito à Alimentação de comunidades produtoras de arroz em Gana, Honduras e Indonésia

Resumo executivo

Paul Jeffrey/AEAM

O ARROZ COMO UM ESTUDO DE CASO AO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

Nenhum ser humano pode sobreviver sem comida. O acesso à alimentação que seja suficiente e saudável é uma pré-condição básica para que todos possam desenvolver totalmente suas capacidades físicas, mentais e intelectuais, e para que possam conduzir suas vidas com dignidade.

O Direito à Alimentação Adequada é reconhecido como um direito humano básico na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Convênio Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Atualmente 156 países ratificaram este Convênio, o que os obriga a respeitar, proteger e cumprir o direito à alimentação adequada dos seus próprios cidadãos ao máximo dos seus recursos. Eles também têm a obrigação de apoiar o direito à alimentação de outros países e pelo menos não causar prejuízos quando negociando diretamente com um determinado país ou através de organizações intergovernamentais.

O Direito à Alimentação é entendido como algo mais do que o direito a ser alimentado ou a provisão mínima de comida para impedir alguém de morrer de fome. Ele é entendido como o direito de ter meios a alimentar-se apropriadamente, seja através do dinheiro para comprar os alimentos ou através

da terra e outros recursos para produzi-los. As pessoas têm direito a serem capazes de fazer isto sem sacrificar outros direitos básicos como a saúde, a educação ou a habitação.

A Campanha “Comércio para as Pessoas” da Aliança Ecumênica de Ação Mundial encomendou à FIAN Internacional (FoodFirst Information and Action Network) empreender um estudo direcionado a analisar se o Direito à Alimentação de comunidades específicas foram violados em consequência da liberalização do comércio.

O arroz foi escolhido como um exemplo porque ele é fundamental para a segurança alimentar em todo o mundo. O arroz é uma comida importante para a metade da população mundial. Dois bilhões de pessoas dependem da produção de arroz como fonte principal de

rendimentos. Noventa por cento dessas pessoas são pequenos agricultores, que normalmente trabalham em um lote com menos de um hectare, e a maior parte desses pequenos agricultores são mulheres. Globalmente, esses agricultores de pequena escala estão vulneráveis à pobreza e à insegurança alimentar.

CONCLUSÕES GERAIS

Este estudo analisou a produção de arroz nacional e o comércio internacional em três países: Gana, Honduras e Indonésia.

Único entre a pesquisa sobre política de comércio, este estudo estabelece a análise macroeconômica simultaneamente a uma avaliação de direitos humanos a nível comunitário. O estudo revela pressões impostas sobre os governos nacionais por organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial para abrir mercados e retirar incentivos, bem como o efeito de acordos comerciais para contribuir à pobreza e fome de pequenos agricultores já vulneráveis.



Em Gana, os agricultores locais de arroz em Dalun, na Região Norte, viram a demanda da sua produção cair 75 por cento desde 2000, já que o arroz dos EUA, Vietnam e Tailândia inundaram o mercado local durante uma queda brusca do preço do mercado mundial de arroz. Principalmente, o arroz dos Estados Unidos foi altamente subsidiado e depositado no mercado de Gana abaixo do preço de produção. Essas importações também tiveram a vantagem de uma infraestrutura internacional de distribuição e publicidade. Por conseguinte, mais agricultores relatam corte nas refeições, dívidas crescentes, aumento de problemas de saúde e incapacidade de cumprir com as necessidades educativas de seus filhos, em particular antes da colheita, quando os recursos são mais escassos. Devido as exigências do Fundo Monetário Internacional, Gana retirou alguns serviços de incentivo a agricultores nos anos 1980 e liberalizou a importação de arroz em 1992. Em 2003, quando o governo de Gana tentou aumentar as tarifas do arroz, o FMI novamente exerceu significativa pressão até que o governo revertesse a sua decisão.

Em Honduras, a produção local de arroz caiu no início dos anos 1990, quando o governo retirou incentivos e apoio ao produtor por causa do Programa de Ajuste Estrutural imposto pelo FMI e Banco Mundial, levando a uma inundação de arroz importado, principalmente dos EUA. Duas catástrofes naturais – o furacão Mitch e a tormenta tropical Michelle

– deram outro duro golpe nos produtores de arroz que tentavam recuperar-se. Isto se deu devido não tanto à devastação causada pelas tempestades mas sim às enormes quantidades de arroz jogadas no mercado hondurenho como ajuda alimentar dos EUA. Isto eliminou a demanda de arroz local a um preço de produção justo. Entre

as 30 famílias que compõem a comunidade de Guayamán, 23 delas estiveram envolvidas na produção de arroz. Agora somente cinco continuam produzindo arroz, e mesmo assim precisam aumentar a sua receita com outros tipos de trabalho na região. A redução exitosa da agricultura de subsistência que tinha sido alcançado nos anos 1980 devido à reforma agrária foi basicamente revertida, e o controle e propriedade da terra estão ficando novamente concentrados nas mãos de alguns poucos. Enquanto a produção de arroz estabilizou depois de um Acordo Nacional sobre o Arroz em 1999, a implementação do Acordo de Livre Comércio Centroamericano (CAFTA) implica que as tarifas cairão bruscamente a zero, prejudicando ainda mais os agricultores que lutam para alimentar as suas famílias, além das dívidas que se acumularam.

Desde a sua independência em 1949, a Indonésia tratou de tornar-se auto-suficiente em arroz e manter os preços do arroz baixo para os consumidores e os rendimentos alto para os produtores. Até 1996 o governo controlou o mercado doméstico para assegurar estabilidade de preços e produção subsidiada.

A liberalização de importação começou em 1995 com as regras da OMC, a qual foi posteriormente expandida em 1997 seguindo a crise econômica asiática e os Programas de Ajuste Estruturais impostos pelo FMI. As importações aumentaram e fizeram com que tanto os preços para produtores como para os consumidores de arroz ficassem bastante voláteis. O impacto nas comunidades do “celeiro de arroz” da Indonésia, no Oeste de Java, foi severo, já que a produção e o custo de vida crescentes e os rendimentos decrescentes aumentaram

a pobreza, subnutrição e dívidas, limitando assim o acesso a habitação, saúde e educação. Desde 2001, o governo tentou retomar o controle do mercado, mas por enquanto as medidas não ajudaram significativamente a aumentar os rendimentos dos produtores ou abaixar os preços aos consumidores. Entrementes, o Banco Mundial continua pressionando o governo para terminar com uma proibição de importação sazonal, que ameaçaria ainda mas a situação precária dos pequenos agricultores no país.

Em todos os três países, o influxo de importações baratas sequer diminuiu os custos para os consumidores devido a alta concentração do negócio de arroz. Assim, tanto produtores como consumidores na economia nacional podem perder com a campanha para liberalizar mercados para o comércio internacional.

CONCLUSÕES

Os agricultores de arroz cujo acesso ao mercado é destruído perdem a sua fonte principal de rendimento e provavelmente não estarão em condições de sempre alimentar a eles mesmos e as suas famílias de forma adequada. Muitos deles terão dificuldades para encontrar fontes alternativas de rendimento, não só a curto prazo mas também a longo prazo.



Este estudo conclui que o Direito à Alimentação Adequada dessas comunidades produtoras de arroz foi violado no passado por ações específicas dos governos nacionais de Gana, Honduras e Indonésia; as exigências de organizações

“As doações ... de arroz processado vieram do exterior, e as prefeituras ficaram cheias de arroz. Eles começaram a dar este arroz a todo o mundo. Portanto, o mercado ficou saturado e os produtores não sabiam o que fazer com o seu arroz.”

Eduardo Benítez, agricultor em Guayamán

internacionais tais como o FMI e o Banco Mundial; e o envolvimento dos estados membros dessas organizações internacionais, incluindo práticas de certos países, as quais contribuíram

para importar grandes quantidades de alimentos e o uso inadequado da ajuda alimentar.

Essas conclusões têm implicações específicas.

A forte evidência de que a liberalização do comércio levou diretamente à violação do Direito à Alimentação de pequenos produtores de arroz, levantam sérias perguntas sobre o valor de uma abordagem comercial que desestabiliza e marginaliza ainda mais comunidades de pequenos agricultores. O argumento de que a liberalização do comércio beneficia os consumidores não foram evidenciados nesses estudos de caso.

Os governos nacionais que tentaram proteger os seus produtores e consumidores sofreram – e continuam